



*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

Bertioga, 02 de julho de 2020.

OFÍCIO N. 205/2020 – SG

Processo Administrativo n. 4419/2020

(Favor mencionar esta referência)

Folhas \_\_\_\_\_

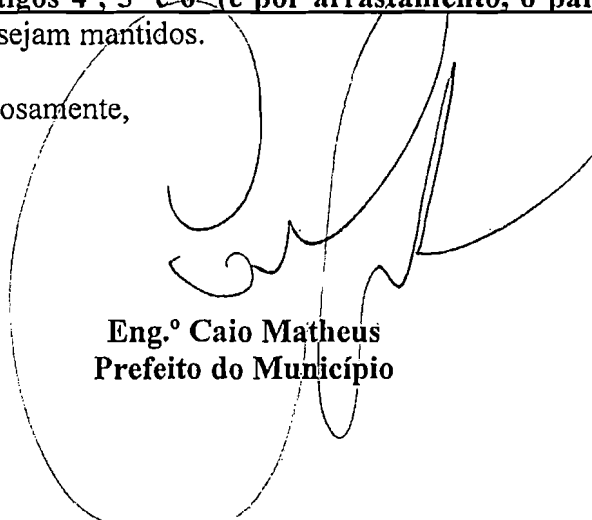
Proc. \_\_\_\_\_

*Excelentíssimo Senhor,*

Com os nossos cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do art. 45, da Lei Orgânica do Município, entendi por bem VETAR parcialmente o Autógrafo de Lei n. 024/2020, que ***“Fixa o valor dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para o período de 2021 a 2024 e dá outras providências”***, por vícios de inconstitucionalidade, pelos motivos expostos na nota técnica do Procurador Geral do Município, cuja cópia segue anexa.

Assim, adotando as ponderações lançadas na referida nota técnica a apresento como razões que me levaram a vetar **parcialmente** o Autógrafo de Lei n. 024/2020, ou seja, os **artigos 4º, 5º e 6º (e por arrastamento, o parágrafo único do art. 4º)**, aguardando que sejam mantidos.

Atenciosamente,

  
**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

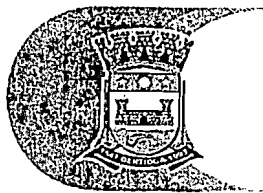
Protocolo 487

Data 03/07/2020

Hora 17:05

Funcionário 1

Ao Excelentíssimo Vereador  
**LUÍS HENRIQUE CAPELLINI**  
Presidente da Câmara Municipal de Bertioga



*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

Folhas \_\_\_\_\_  
Proc. \_\_\_\_\_

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4419/2020**

**Solicitante: CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA**

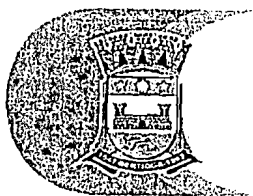
**ASSUNTO: ENCAMINHA AUTÓGRAFO**

**À COTL**

Trata o presente de analisar a constitucionalidade e legalidade do Autógrafo nº 024/2020, aprovado em 1ª Discussão, sem emenda, e em 2ª Discussão de Redação Final, sem emenda, na 13ª Sessão Extraordinária, levada a efeito em 18 de junho do corrente ano, com redação constante às fls. 04/05 do presente e encaminhado pelo Ilustre Edil Luiz Henrique Capellini, Presidente da Câmara Municipal de Bertioga.

Referido Autógrafo “**Fixa o valor dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para o período de 2021a 2024 e dá outras providências.**”

A matéria, conforme previsão no Capítulo II, Seção I, constante no artigo 20, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bertioga, é de competência da Mesa e de seus membros da egrégia Câmara Municipal.



*Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas \_\_\_\_\_

Proc. \_\_\_\_\_

12

Entendo que há vícios de inconstitucionalidade nas previsões constantes nos artigos 4º, 5º e 6º do Autógrafo ora analisado.

Quanto ao artigo 4º, verifica-se que o texto prevê que os subsídios poderão observar a Revisão Geral Anual prevista no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, mediante a aplicação de valor inferior à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do período anterior de um ano, nos limites constitucionais.

Da forma que restou estabelecida, está “condicionando” a forma de alteração do subsídio, ao Regime Geral Anual, a índice inferior à variação anual do IPCA, sendo que o art. 296 do Regimento Interno da Câmara prevê a forma de alteração do subsídio nos exatos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Quanto ao artigo 5º, cabe à Câmara Municipal, por meio de proposição de projeto de lei, legislar sobre a fixação de subsídio dos Prefeitos, Vice-prefeitos e Secretários, sendo, assim, inconstitucional a disposição do artigo 5º do referido Autógrafo, o qual prevê que os valores dos subsídios, em casos de calamidade pública, poderão ser reduzidos em até 50% do seu valor, por Decreto do Prefeito.

Assim, flagrante o vício de que se reveste o texto legal acima referido, pois de competência do legislativo, nos termos dos artigos 13, inciso VIII e 40, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e art. 20, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bertioga.



*Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas \_\_\_\_\_

Proc. \_\_\_\_\_

Quanto ao artigo 6º, o texto estabelece que o Prefeito e Vice Prefeito poderão receber seus subsídios e efetivar doações para o Fundo Social do Município, no entanto, resta flagrante violação à disposição contida no artigo 298 do Regimento Interno da Câmara, o qual dispõe que “ao servidor público investido no mandato de prefeito é facultado optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função”, restando, assim, em flagrante disparidade o texto do autógrafo, uma vez que, quando servidor público, eleito prefeito, não poderá receber seu subsídio se houver feito a opção por sua remuneração de servidor.

Opino, assim, pelo veto parcial ao Autógrafo ora analisado, ante a inconstitucionalidade de que se revestem os artigos 4º, 5º e 6º, tendo em vista os argumentos expostos e as legislações referidas.

Ante o exposto, encaminhamos à superior apreciação e deliberação de Vossa Senhoria.

Bertioga, 30 de junho de 2.020

  
Roberto Esteves Martins Novaes

Procurador Geral do Município